FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 08.906.994/0001-11

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, com o parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Vale esclarecer que a divisão de resultados com o Poder Concedente não está vinculada ao resultado contábil explicitado nas demonstrações financeiras, uma vez que este último leva em consideração também as receitas provenientes da atualização financeira (Contraprestação) - que é direcionada para a amortização dos financiamentos e dos recursos privados aplicados na reconstrução da Arena. A operação da Arena poderá gerar resultados positivos que serão compartilhados com o Poder Concedente. As receitas operacionais obtidas por meio da realização de eventos esportivos, culturais e de entretenimento, somadas a aluguéis de espaço e quaisquer outras propriedades comercializáveis da Arena, poderão proporcionar resultados positivos, que serão divididos igualmente entre Poder Concedente e a Concessionária. **Destaques:** O ano de 2015 foi marcado pelo reconhecimento da Itaipava Arena Fonte Nova (IAFN) como uma das melhores arenas multiuso do país. No ano, a IAFN obteve pontuação máxima na avaliação feita pelo Ministério dos Esportes que analisou 155 estádios, em 129 cidades brasileiras. Segurança, vigilância sanitária, conforto e acessibilidade são os itens de classificação que compõem o Sistema Brasileiro de Classificação dos Estádios (Sisbrace), desenvolvido em parceria com o Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais/COPE/UFRJ (IVIG), demonstrando o compromisso da Administração com a boa gestão e manutenção da Arena. Ainda em 2015, a IAFN conquistou a medalha de prata em uma das mais importantes premiações do mundo. O projeto do estádio ganhou o reconhecimento como a Melhor Arena Outdoor do Mundo no prêmio IAKS Award 2015, realizado pela Associação Internacional de Desporto e Lazer (IAKS) e credenciado pelos Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacionais (COI e IPC). Os projetos foram avaliados sobre os critérios de sustentabilidade, acessibilidade, planejamento funcional e projeto arquitetônico. **Destaques dos Negócios em 2015: Futebol:** Foram realizados 38 jogos de futebol, sendo 22 partidas válidas pelo Campeonato Brasileiro (além dos 18 jogos do EC Bahia, destaque para a realização de 04 jogos do EC Vitória), 5 pelo Campeonato Baiano, 6 pela Copa do Nordeste, 2 pela Copa do Brasil, 1 pela Copa Sul Americana, 1 jogo da Seleção Brasileira pelas Eliminatórias da Copa do Mundo de 2018 e 1 amistoso internacional do EC Bahia. Em 2015, aproximadamente, 660 mil torcedores pagantes estiveram presentes na IAFN, uma média de público de 17.474 por jogo, um crescimento de 47% em comparação ao público médio de 2014 (média de público pagante de 11.863 torcedores). **Eventos:** A Itaipava Arena Fonte Nova recebeu 70 eventos não-esportivos - crescimento de 25% na quantidade dos eventos realizados em 2014 (56). Foram 22 tipos de eventos adaptados em mais de 40 formatos diferentes, consolidando o conceito multiuso do equipamento. O público total de 2015 em eventos foi de 250 mil, enquanto que em 2014 recebemos 210 mil pessoas em eventos não-esportivos. Artistas importantes do cenário nacional passaram pela IAFN em 2015, como Skank, Maria Rita, Alceu Valença e Elba Ramalho. Somando os públicos de futebol e eventos não-esportivos, a Arena movimentou aproximadamente 910 mil pessoas em seu terceiro ano de operação. Apesar dos desafios, seja no segmento de futebol, bem como no segmento de eventos, foram realizados 38 jogos e 70 eventos não-esportivos, totalizando 118 eventos, o que equivale a realização de 1 evento a cada 3 dias do ano. Em 2014 foram realizados 87 eventos (31 jogos e 56 eventos não esportivos), 1 evento a cada 4 dias do ano. Este crescimento demonstra a capacidade da IAFN em operar os mais diversos perfis de eventos e demonstrar seu caráter multiuso. **Perspectivas para 2016:** A IAFN vem se consolidando como destino de evento de variados portes e sendo cada vez mais conhecida pelo mercado corporativo, de entretenimento, turismo e show bizz. Apesar das dificuldades no cenário econômico, espera-se realizar grandes eventos no cenário nacional, além da IAFN empregar o seu *know-how* na operação do Estádio para o Comitê Olímpico Internacional da Rio 2016, com a realização de 10 jogos de futebol (masculino e feminino) das Olimpíadas. **Responsabilidade Social:** A IAFN é pautada no tripé da sustentabilidade (ações sociais, ambientais e desenvolvimento econômico). Desde o período de obras, investe em ações, capacitações e inclusão social, com foco na comunidade do entorno da arena. Seguem outros destaques do exercício: Setembro Vermelho, Setembro Dourado, Outubro Rosa e Novembro Azul. Apoio às campanhas de prevenção de doenças cardíacas, do câncer infantil, do câncer de mama e de próstata, com iluminação monumental, entre outras ações. Apoio ao show beneficente da Ivete Sangalo para arrecadação de recursos para a reforma do Hospital Martagão Gesteira. Por fim, esta Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados.

Salvador, 29 de abril de 2016.

A DIRETORIA

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.755	2.887
Contas a receber	6	7.876	22.869
Ativo financeiro da concessão	7	159.874	134.267
Títulos e valores mobiliários	8		9.578
Adiantamentos a fornecedores		82	819
Tributos a recuperar	9	5.159	5.733
Partes relacionadas	20		729
Outros ativos		440	418
		176.186	177.300
Não circulante			
Contas a receber	6	18.053	67.749
Ativo financeiro da concessão	7	835.045	795.267
Títulos e valores mobiliários	8	8.453	7.135
Partes relacionadas	20	729	
Tributos a recuperar	9	51.796	57.553
Outros ativos		9	7
		914.085	927.711
Imobilizado		2.337	2.261
Intangível		14.332	371
		930.754	930.343
Total do ativo		1.106.940	1.107.643

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2015	2014
Circulante			
Fornecedores		1.945	4.721
Empréstimos e financiamentos	10	38.324	41.491
Debêntures	11	4.876	2.012
Obrigações tributárias		2.715	2.592
Obrigações sociais e trabalhistas		4.114	4.933
Partes relacionadas	20		22.962
Receitas diferidas	6	2.420	8.802
Outros passivos		8.811	1.662
		63.205	89.175
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	535.794	571.817
Debêntures	11	78.248	82.789
Partes relacionadas	20	25.643	
Tributos diferidos	13	37.478	3.750
Tributos sobre contraprestação	13	142.517	132.463
Dividendos a pagar	14 c	6.673	8.443
Receitas diferidas	6	19.280	58.828
Outros passivos		7.744	267
		853.377	858.357
Patrimônio líquido	14		
Capital social		90.848	90.848
Reservas de lucros		99.510	69.263
		190.358	160.111
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.106.940	1.107.643

As notas explicativas da adminstração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	Notas	2015	2014
Receita operacional líquida	15	172.164	146.709
Custo operacional	16	(5.419)	(10.537)
Lucro bruto		166.745	136.172
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(36.217)	(40.991)
Lucro operacional		130.528	95.181
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	1.621	9.130
Despesas financeiras	18	(69.943)	(66.230)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		62.206	38.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13		
Imposto de renda		(24.800)	2.999
Contribuição social		(8.928)	1.080
Lucro líquido do exercício		28.478	42.160
Lucro básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o execício (expresso em R$)	19	0,31	0,46

As notas explicativas da adminstração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	62.206	38.081
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício		
Depreciação e amortização	4.959	9.390
Atualização do ativo financeiro (Nota 7)	(169.095)	(129.223)
Ajuste a valor presente	(1.128)	(2.961)
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo	68.888	64.731
Caixa aplicado antes das variações de capital circulante operacional	(34.170)	(19.982)
Variação dos ativos e passivos:		
Contas a receber	29.465	(17.626)
Ativo financeiro	103.710	107.139
Tributos a recuperar	6.331	(1.221)
Fornecedores	(2.039)	3.102
Impostos e contribuições	9.358	9.733
Outros	14.602	(7.659)
Caixa gerado pelas operações		
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(63.053)	(59.117)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	64.204	14.369
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(1.318)	15.974
Adições ao imobilizado	(480)	(672)
Adições ao intangível	(18.517)	(249)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(20.315)	15.053
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	908	3.235
Amortização de principal	(44.134)	(36.266)
Partes relacionadas (Nota 20)	(795)	2.547
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(44.021)	(30.484)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(132)	(1.062)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	2.887	3.949
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	2.755	2.887

As notas explicativas da adminstração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - (Em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Reservas de lucros: Legal	Especial	Realização de investimentos	Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2014	90.848	1.777		25.326			117.951
Lucro líquido do exercício						42.160	42.160
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reservas		2.108	10.013	30.039		(42.160)	
Em 31 de dezembro de 2014	90.848	3.885	10.013	55.365			160.111
Lucro líquido do exercício						28.478	28.478
Reversão dividendos não distribuídos			1.769				1.769
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reservas		1.424	6.764	9.275	11.015	(28.478)	
Em 31 de dezembro de 2015	90.848	5.309	18.546	64.640	11.015		190.358

As notas explicativas da adminstração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia" "Concessionária") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Salvador, no estado da Bahia, que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Público Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluam a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital nº 001/2009. A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Properties Parcerias S.A. ("OPP") e pela OAS Arenas S.A. ("OAS Arenas") e tem sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Em 31 de março de 2015, a OAS S.A., controladora indireta da Companhia, juntamente com outras empresas do Grupo OAS, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob n° 1030812-77.2015.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n° 11.101/05. Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da OAS S.A. e suas controladas em recuperação. Em 17 de dezembro de 2015, o plano de recuperação da OAS S.A. foi aprovado em Assembleia Geral de Credores por ampla maioria de votos e foi homologado no dia 27 de janeiro de 2016 pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo. Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e Grupo OAS, que em conjunto, controlam a Companhia. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, incluindo as controladoras indiretas, Odebrecht S.A. e OAS S.A. Embora, a Companhia não tenha sido objeto de busca e apreensão, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, e a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15º, alínea "G" do Estatuto Social em 31 de março de 2016. **(i) Contrato de Concessão -** A Companhia é parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo de concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013. A referida concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Consequentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que o integram e que atendam aos requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014. Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Companhia, a contraprestação mensal, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto em abril de 2028. **2. Resumo das principais políticas contábeis -** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente. **2.1. Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente, que no reconhecimento inicial representa seu valor justo. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Em função de não haver outros resultados abrangentes, além do próprio resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa -** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira resgatável em até 90 dias da emissão em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3 Ativos Financeiros - 2.3.1. Classificação -** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e recebíveis compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Ativo financeiro da concessão", "Títulos e valores mobiliários" e "Partes relacionadas". **2.3.2. *Impairment* de ativos financeiros -** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu Provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD") (Nota 6). **2.3.3. Contas a receber -** As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão (*impairment*) para crédito de liquidação duvidosa, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são originadas por: (a) faturamento da contraprestação mensal, a partir da data oficial da entrega da Arena (abril de 2013), dos direitos decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE; (b) locação de camarotes, assentos VIP, e estacionamento; (c) parcelas do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.; e (d) pagamentos através de cartões de crédito, referentes a venda de camarotes, assentos VIP e bilheteria de jogos. **2.3.4. Ativo financeiro da concessão -** Refere-se à parcela dos direitos a faturar/receber decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. O ativo financeiro está segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se taxa efetiva de juros. **2.3.5. Títulos e valores mobiliários -** Os títulos e valores mobiliários ("TVM") são inicialmente registrados pelo valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. **2.4. Tributos a recuperar -** Referem-se substancialmente a créditos do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos. **2.5. Contas a pagar aos fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. **2.6. Provisões -** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou

Continua >>>

não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures -** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos. **2.8. Tributos sobre contraprestação -** Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do Contrato de PPP, além de contribuição social e o imposto de renda incidentes sobre a margem de lucro relativa à construção. **2.9. Receitas diferidas -** Referem-se às receitas de patrocínio, locação de camarotes e assentos VIP, segregadas entre passivo circulante e não circulante, a serem apropriadas com base na vigência dos contratos, pelo regime de competência. **2.10. Tributação - 2.10.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes -** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real trimestral, aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 60 por trimestre, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.10.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos -** Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante. O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos sobre a renda diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.11. Reconhecimento de receita -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **(a) Receita operacional -** A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (partidas de futebol, camarotes, assentos VIP, estacionamento e restaurantes/lanchonetes), marketing, publicidade e patrocínio, e da realização dos eventos, pela operação da Arena Fonte Nova. **(b) Atualização do ativo financeiro da concessão -** A receita de atualização do ativo financeiro (nota 2.3.2) representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. **(c) Receita financeira -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Capital -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.13. Normas novas que ainda não estão em vigor -** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. • IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos -** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro - Considerações gerais -** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito. A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. **(a) Exposição a risco com taxa de juros -** A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa SELIC. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. **(b) Risco de liquidez -** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pelo departamento de tesouraria. **(c) Risco de crédito -** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **4.2. Gestão de capital -** A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2015	2014
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	657.242	698.109
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	(11.208)	(19.600)
Dívida líquida	646.034	678.509
Total do patrimônio líquido	190.358	160.111
Total do capital	836.392	838.620
Índice de alavancagem financeira - %	77%	81%

4.3. Instrumentos financeiros por categoria - Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	2015	2014
Ativos financeiros, empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	2.755	2.887
Contas a receber	25.929	90.618
Ativo financeiro da concessão	994.919	929.534
Títulos e valores mobiliários	8.453	16.713
Partes relacionadas	729	729
	1.032.785	1.040.481
Passivos financeiros		
Fornecedores	1.945	4.721
Partes relacionadas	25.643	22.962
Empréstimos e financiamentos	574.118	613.308
Debêntures	83.124	84.801
	684.830	725.792

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	6	1
Bancos - conta movimento	1.592	1.599
Aplicações financeiras (i)	1.157	1.287
	2.755	2.887

(i) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração média equivalente a 99,5% (2014 - 99,5%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. Contas a receber

	2015	2014
Contraprestação - SETRE		9.855
Cervejaria Petrópolis S.A. (i)	18.517	76.423
Locação de camarotes e assentos VIP por temporada	5.527	3.201
Outros	1.963	1.139
	26.007	90.618
PCLD (ii)	(78)	
	25.929	90.618
Circulante	(7.876)	(22.869)
Não circulante	18.053	67.749

(i) O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. registrado no contas a receber possui contrapartida à conta de receitas diferidas (R$ 16.937) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. O saldo remanescente registrado na conta de receitas diferidas (R$ 4.763) refere-se à apropriação dos contratos de camarotes, assentos VIP por temporada e outros. Em 31 de julho de 2015, foram renegociadas as condições comerciais do contrato entre a Companhia e a Cervejaria Petrópolis S.A. com redução do valor global do contrato e do direito de exploração das propriedades, resultando em uma redução no saldo de contas a receber e das receitas diferidas com impacto no resultado de R$ 5.873 (nota 17). (ii) No exercício de 2015, a Companhia constituiu PCLD de R$ 78 (nota 17) referente ao saldo vencido decorrente de créditos com clientes de camarotes e assentos VIP por temporada. **7. Ativo financeiro da concessão -** Refere-se à parcela dos direitos a faturar decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE. O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	929.534	907.450
Receita operacional da contraprestação	18.763	18.233
Atualização financeira	169.095	129.223
(-) Faturamento contraprestação	(122.473)	(125.372)
Saldo em 31 de dezembro	994.919	929.534
Circulante	(159.874)	(134.267)
Não circulante	835.045	795.267

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2015	2014
2016		64.920
2017	74.226	64.920
2018	74.226	64.920
2019	74.226	64.920
2020	74.226	64.920
2021	74.226	64.920
2022	74.226	64.920
2023	74.226	64.920
2024	74.226	64.920
2025	74.226	64.920
2026	74.226	64.920
2027	74.226	64.920
2028	18.559	16.227
	835.045	795.267

8. Títulos e valores mobiliários

	2015	2014
Títulos e valores mobiliários - Financiamento (i)	4.308	13.308
Títulos e valores mobiliários - Debêntures (ii)	4.145	3.405
	8.453	16.713
Circulante		(9.578)
Não circulante	8.453	7.135

(i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remuneradas a 99% (2014 - 99%) do CDI. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia substituiu o equivalente a R$ 11.189, destas aplicações por carta fiança, as quais foram utilizadas para amortização de parcelas vincendas no curto prazo, relativas ao financiamento a que estavam vinculadas. (ii) Referem-se a aplicações em CDB remuneradas a 100% (2014 - 100%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 3 (três) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) das debêntures.

9. Tributos a recuperar

	2015	2014
PIS	10.064	10.886
COFINS	46.337	50.122
PIS e COFINS a recuperar - pagamento a maior		717
Saldo negativo IRPJ		274
Imposto de renda retido sobre faturamento contraprestação	498	468
Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras	45	268
Imposto sobre outros faturamentos	11	551
	56.955	63.286
Circulante	(5.159)	(5.733)
Não circulante	51.796	57.553

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidades	Moeda	Vencimento	2015	2014
CCB	Reais	2025	64.595	71.359
CCB - FUNDESE	Reais	2026	273.843	299.795
Financiamento - Repasse FNE	Reais	2025	242.600	249.590
Capital de giro - Risco sacado	Reais	2015		760
			581.038	621.504
(-) Custos de captação a apropriar			(6.920)	(8.196)
			574.118	613.308
Circulante			(38.324)	(41.491)
Não circulante			535.794	571.817

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve em 21 de junho de 2010 a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), no valor de R$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025. Adicionalmente, também foram liberados R$ 323.629 através do Programa de Empreendimentos Turísticos ("PROTURISMO") do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico ("FUNDESE"), cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026. Também foram captados recursos no total de R$ 250.000, em contrato datado de 30 de dezembro de 2010, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e com vencimento em 28 de dezembro de 2025. **(a) Garantias -** Todos os empréstimos possuem garantias, cujo compartilhamento é regido através do compartilhamento de garantia entre os credores, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo: **Modalidades:** CCB. **Garantias contratuais:** Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas. **Modalidades:** CCB - FUNDESE. **Garantias contratuais:** Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas. **Modalidades:** Financiamento - Repasse FNE. **Garantias contratuais:** Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	613.308	634.425
Captação de empréstimos	908	3.235
Juros apropriados	50.405	48.365
Custo de captação		(454)
Amortização	(42.412)	(27.806)
Pagamento de juros	(49.366)	(45.557)
Apropriação dos custos de captação	1.275	1.100
Saldo em 31 de dezembro	574.118	613.308

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2015	2014
2016		36.023
2017	38.074	38.074
2018	41.793	41.793
2019 a 2026	455.927	455.927
	535.794	571.817

11. Debêntures - Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral.

Classificação	Vencimento	2015	2014
Emissão Real	2024	83.124	84.801
		83.124	84.801
Circulante		(4.876)	(2.012)
Não circulante		78.248	82.789

As amortizações das debêntures iniciaram em 22 de março de 2014, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024. A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	84.801	94.022
Juros apropriados	13.569	12.607
Amortização	(1.722)	(8.460)
Pagamento de juros	(13.687)	(13.560)
Apropriação dos custos de captação	163	192
Saldo em 31 de dezembro	83.124	84.801

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2015	2014
2016		4.542
2017	8.315	8.315
2018	12.096	12.095
2019 a 2024	57.837	57.837
	78.248	82.789

12. Contingências e provisões para causas judiciais

	2015	2014
Cíveis	51	8
Fiscais	37	
Trabalhistas	5	
	93	8

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se a causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia. A Companhia tem ações de naturezas cível, fiscal e trabalhista, envolvendo risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante estimado de R$ 9.874 em 31 de dezembro de 2015 (2014 - não há). Do montante total de ações classificadas com êxito possível, destaca-se processo ainda em âmbito administrativo no montante de R$ 7.955, visando a cobrança de ISS sobre as receitas de locação decorrentes da atividade de exploração do estádio, relativo ao período compreendido entre abril de 2013 e abril de 2015.

13. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação

	2015	2014
Imposto de renda (b)	27.557	2.757
Contribuição social (b)	9.921	993
ISS (a)	49.134	46.443
PIS e COFINS (a)	93.383	86.020
	179.995	136.213

(a) Tributos sobre contraprestação - O Imposto sobre Serviços ("ISS"), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo recebimento da contraprestação.

(b) Tributos diferidos

	2015	2014
Composição de tributos diferidos:		
Custo de construção	(240.120)	(259.722)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	286.502	273.480
Outros	(8.904)	(10.008)
	37.478	3.750
Passivo de tributo diferido	289.152	276.619
Ativo fiscal diferido - não circulante	(251.674)	(272.869)
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante	37.478	3.750

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas - custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais e passivas - ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures. Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão. **(c) Reconciliação da despesa de impostos de renda e contribuição social**

	2015	2014
Lucro antes dos impostos	62.206	38.081
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais	(21.150)	(12.948)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Prejuízos fiscais sem constituição de ativo diferido	(13.299)	(14.480)
Ajustes de exercícios anteriores		31.152
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	395	733
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	326	(378)
Efeito IR e CS no resultado	(33.728)	4.079
IR e CS correntes		
IR e CS diferidos	(33.728)	4.079
Total despesa com IR e CS	(33.728)	4.079

14. Patrimônio líquido - (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 90.848, representado por 90.848.000 ações ordinárias,

Continua >>>

ao valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, na proporção de suas participações (50% cada). **(b) Reservas de lucros -** De acordo com o Estatuto Social, as importâncias apropriadas às reserva legal e de reserva de lucros a realizar são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas. **(i) Reserva legal -** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social. **(ii) Reserva de realização de investimentos -** Conforme previsto no estatuto social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, é constituída reserva de realização de investimentos mediante apropriação de até 75% que, juntamente com a reserva legal, poderá alcançar 100% do capital social. **(iii) Reserva especial -** Os administradores da Companhia, de acordo com orientação dos acionistas, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalentes de caixa da entidade conforme o seu plano de investimento, destinarão a parcela de 25% do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R$ 6.764 (2014 - R$ 10.013), para a constituição da reserva especial, conforme art. 202, § 5º, da Lei nº 6.404/76.

15. Receita operacional líquida	**2015**	**2014**
Receitas operacionais	39.988	42.478
Atualização do ativo financeiro	169.095	129.223
Impostos e contribuições sobre serviços	(36.919)	(24.992)
	172.164	146.709

16. Custo operacional	**2015**	**2014**
Custo com jogos	4.331	8.523
Custo com repasse e comissão de patrocínio	1.088	2.014
	5.419	10.537

Os custos com jogos referem-se aos gastos decorrentes do contrato firmado com o Esporte Clube Bahia para realizações de suas partidas oficiais na Arena Fonte Nova, enquanto que o custo com repasse e comissão registram os gastos com a participação contratual da receita de patrocínio ao Esporte Clube Bahia e comissão pela captação do patrocínio.

17. Despesas gerais e administrativas	**2015**	**2014**
Despesas com serviços de terceiros	12.689	16.945
Despesas com pessoal	10.905	15.348
Água e energia	2.835	2.988
Compra de materiais	247	836
Seguros	1.186	1.348
Perda com contas a receber (Nota 6)	5.951	
Outros	2.404	3.526
	36.217	40.991

18. Resultado financeiro	**2015**	**2014**
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	1.585	2.473
Atualização de contas a receber		5.079
Outros	36	1.578
	1.621	9.130
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(51.680)	(49.465)
Juros sobre debêntures	(13.732)	(12.799)
Juros sobre empréstimo de mútuos	(3.476)	(2.467)
Atualização de tributos	(60)	(783)
Comissões e despesas bancárias	(784)	(318)
IOF sobre empréstimo de mútuos	(7)	(42)
Outros	(204)	(356)
	(69.943)	(66.230)
	(68.322)	(57.100)

A atualização de contas a receber refere-se, principalmente à atualização anual do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.. **19. Lucro por ação -** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	2015	**2014**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	28.478	42.160
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	90.848	90.848
Lucro básico por ação - R$	0,31	0,46

20. Transações e saldos com partes relacionadas - As transações e saldos com partes relacionadas apresentaram a seguinte composição:

	2015	**2014**
Ativo	729	729
Circulante		
CAS (i)		729
Não Circulante		
CAS (i)	729	
Passivo	25.643	22.962
Circulante		
CAS (ii)		22.962
Não Circulante		
CAS (ii)	25.643	

(i) Adiantamentos concedidos para o Consórcio Arena Salvador ("CAS"), que possui como acionistas OAS e Odebrecht, para fazer face a gastos futuros desde a execução da obra. (ii) Pagamentos realizados pelo CAS de compromissos assumidos em nome da Companhia (Compras Diretas) para posterior ressarcimento, conforme Termo de Entendimento firmado entre as partes em 28 de março de 2013, com incidência de 115% da variação do CDI, aplicáveis sobre os valores efetivamente desembolsados, com vencimento em 31 de dezembro de 2015. As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R$ 2.594 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (2014 - R$ 1.701). **21. Seguros -** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Modalidade	**Vigência até**	**Cobertura**
Riscos operacionais	18/03/2016	1.003.212
Responsabilidade civil em geral	18/03/2016	50.000
Garantia de performace da operação	25/07/2016	8.097
D&O	19/09/2016	50.000

22. Eventos subsequentes - Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP nº 02/2010 firmado com a Companhia, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP nº 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores. Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a administração da Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo. Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2015, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

DIRETORIA

Alexandre Cavalcanti Gonzaga - Diretor Presidente **Daniel Cardoso Gonzalez -** Diretor Administrativo Financeiro

CONTADOR

Danilo dos Santos Bortolomais - CRC - 1SP253585/O-6 "S" BA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Fonte Nova Negócios e Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião -** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase – Operação lava jato -** Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, que, em conjunto, controlam a Companhia. Essas investigações encontram-se em andamento, não havendo como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas. **Ênfase - Contrato de Parceria Público-Privada como Estado da Bahia -** Chamamos a atenção para a Nota 22 às demonstrações financeiras, que descreve que em 12 de abril de 2016, no âmbito do Processo TCE/000490/2010, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA") concluiu pela existência de irregularidades na fase de estruturação da licitação do Contrato de Parceria Público-Privada n. 02/2010, firmado entre a Companhia e o Estado da Bahia (o "Poder Concedente"). O TCE-BA reconheceu, com ressalvas, a legalidade do referido contrato, todavia, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, visando a adequação de cláusulas econômico-financeiras do referido contrato. De acordo com a avaliação da administração, considerando as incertezas que envolvem este processo, não é possível, neste momento, estimar os potenciais desdobramentos para a Companhia. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não incluem quaisquer ajustes relacionados com os potenciais desdobramentos deste processo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Salvador, 29 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA
Leandro Mauro Ardito
CRC 1SP188307/O-0 "S" BA